

CASTRO

Manual de Leitura





Castro, de António Ferreira* (circa 1550)

ENCENAÇÃO

Ricardo Pais

CENOGRAFIA E FIGURINOS

António Lagarto

MÚSICA

Vítor Rua

VÍDEO

Fábio Massimo Iaquone

COREOGRAFIAS

Né Barros

DESENHO DE LUZ

Nuno Meira

DESENHO DE SOM

Francisco Leal

APOIO DRAMATÚRGICO

Frederico Lourenço**Carlos Mendes de Sousa**

VOZ

João Henriques

ELOCUÇÃO

Luís Madureira

COM

Maria de Medeiros*(Inês de Castro)***Isabel de Castro***(Ama)***João Pedro Vaz***(Infante D. Pedro)***Emília Silvestre***(Coro)***Nicolau Pais***(Secretário)***António Durães***(D. Afonso IV)***João Cardoso***(Pêro Coelho)***Ivo Alexandre***(Diogo Lopes Pacheco)***Carlos Peixoto***(Mensageiro)***João Reis***(em voz off)*

FIGURAÇÃO EM VÍDEO

Diogo Pêra e Filipe Vieira*(Filhos de Inês de Castro)*

ASSISTENTE DE ENCENAÇÃO

João Henriques

ASSISTENTES DE CENOGRAFIA

Pedro Mira**Cláudia Clemente**

ASSISTENTES DE FIGURINOS

Maria Helena Redondo

DIRECÇÃO DE CENA

Pedro Guimarães**Cátia Esteves**

OPERAÇÃO DE LUZ

Abílio Vinhas**André Alves****Filipe Pinheiro**

OPERAÇÃO DE SOM

Miguel Ângelo Silva**António Bica**

OPERAÇÃO DE VÍDEO

Fernando Costa

MAQUINARIA DE CENA

António Quaresma**Adélio Pêra****Jorge Silva****Joaquim Marques****Lídio Pontes****Nuno Ferreira****Paulo Ferreira**

GUARDA-ROUFA

Cláudia Ribeiro*(coordenadora)***Celeste Marinho***(mestra-costureira)***Nazaré Fernandes****Fátima Roriz****Virgínia Pereira****Ana Maria Fernandes****Laura Esteves****Glória Costa***(costureiras)***Isabel Pereira****Hugo Loureiro****Lícia Cunha***(aderecistas de guarda-roupa)*

ADEREÇOS

Elisabete Leão*(coordenadora)***Guilherme Monteiro****Dora Pereira****Cristina Lucas****Ana Catarina Barros****João César Nunes***(aderecistas)*

AUXILIARES DE CAMARIM

Virgínia Pereira**Fátima Roriz**

MAQUILHAGEM E CABELOS

Sano de Perpessac

FOTOGRAFIA DE CENA

João Tuna

PRODUÇÃO

APOIOS

TOYOTA

FIDELIDADE

Vitalis

Tuna Line

Comissão de Fomento

Vitalis

RADIO POPULAR

IONIA

QUALITY

FIDELIDADE

AGRADECIMENTOS

António M. Feijó

Teresa Belo

Manuel Rosa (Assírio & Alvim)

José Afonso Furtado

Francisco Bettencourt Rodrigues

Gastão Cruz

Fernando Fernandes

Câmara Municipal do Porto

Policia de Segurança Pública

Móvel 4 – Mobiliário Contemporâneo, Lda.

BASTIDOR – interiores & design, Lda.

Galeria Fernando Santos

Orquestra Nacional do Porto

Associação Amigos do Coliseu do Porto

APOIOS À DIVULGAÇÃO

Jornal

3

Rádio

Novo

Teatro São João

Praça da Batalha 4000-102 Porto

Tels. 22 340 19 10 (bilheteira)

22 340 19 00 (geral)

www.tnsj.pt

EDIÇÃO

Centro de Edições do TNSJ

Coordenação **João Luís Pereira**Design gráfico **João Faria**Fotografia **João Tuna**Impressão **Marca AG, Porto**

Não é permitido filmar, gravar ou fotografar durante o espectáculo.

Oh, montes de Coimbra

RITA MARNOTO

A tragédia *Castro* foi pela primeira vez representada em Coimbra. Não se sabe, exactamente, em que ano, embora nos possamos situar, em termos genéricos, por inícios da década de 1550. O tema dos amores de Pedro e Inês encontrava-se de perto ligado à cidade de Coimbra. E não por acaso. Para os primeiros Reis de Portugal, o seu território fora um importante ponto de apoio. Mas Lisboa tornava-se, de dia para dia, um centro cada vez mais atractivo. Já Afonso IV, Pedro I e Fernando preferiram residir naquela que, daí a algum tempo, seria capital do mais rico Império do Mundo, Lisboa.

Lisboa corria ao ritmo dos negócios, das pedras preciosas e das especiarias. Era impossível resistir ao seu deslumbramento. É o próprio Damião de Góis quem fica ofuscado por tanto fausto, depois de 22 anos de deambulações pela Flandres, pela Alemanha e pela Itália. Conforme escreve na *Urbis Ulisiponis descriptio*, um dos edifícios que atrai, em particular, a sua atenção, pela sua «traça maravilhosa, a abarrotar de despojos apreendidos a muitos povos e reis», é aquele onde «se tratam os negócios da Índia» – a Casa da Índia. «Todavia, em minha opinião, seria preferível chamar-lhe empório opulentíssimo de aromas, pérolas, rubis, esmeraldas e outros tipos de pedras preciosas que ano após ano nos são trazidas da Índia; com maior verdade se lhe poderia chamar armazém vastíssimo de prata e de ouro, já trabalhado e por trabalhar, pois salta à vista a toda a gente que ali há inúmeras dependências, dispostas com arte admirável e na devida hierarquia, a abarrotar com tão grande abundância de todos aqueles produtos, que, palavra de honra, a realidade excedia as expectativas, até porque víamos o que saltava aos olhos de todos e naquele momento quase se podia apertar nas mãos».

Em Coimbra, os dias amanhecem alvos, desencansados. O censo de 1527 traduz a modesta dimensão da cidade, em termos demográficos – a sexta do país, a par com Lagos. Menos de 500 fogos intramuros, com 63% da população a morar nos arrabaldes. Esses dados não tardarão, porém, a sofrer grandes alterações. Em 1570, o número de habitantes duplica, passando para perto de 10.000. No cerne dessa rápida transformação, a transferência da Universidade para Coimbra, em 1537. Outro céu, outro sol.

A transferência da Universidade não implicava, tão só, o simples facto de chamar a Coimbra um corpo de professores. A agitação e o fulgor da capital não proporcionavam, definitivamente, a tranquilidade necessária aos estudos. Estavam em causa, pois, opções de fundo, a começar pela renovação do sistema de ensino. A partir de então, a preparação pedagógica deixa de se concentrar numa única escola que ministre matérias gerais. Daí que, paralelamente à instalação da Universidade, fosse também criada uma série de instituições pré-universitárias, onde os estudantes recebiam uma sólida preparação, antes de nela ingressarem, e onde podiam obter um diploma – os Colégios. Era esse o modelo de grandes centros universitários, como Salamanca, Alcalá de Henares, Paris, ou Oxford. Por conseguinte, a oferta que João III faz, à Universidade, do seu Palácio, é muito mais do que um acto simbólico ou administrativo. Espelha a efectiva revivificação do tecido da urbe, no seu todo.

À escala urbana, Coimbra, intramuros, era demasiado pequena para acolher a população académica. Torna-se absolutamente necessário construir novos e novos Colégios. Essas edificações foram-se alinhando, geometricamente, ao longo da Rua de Santa Sofia, por terrenos que, até há bem pouco tempo, eram arrabaldes pantanosos. André de Gouveia, principal do Colégio das Artes, advertia o Rei que, para construir o seu Colégio, não queria um arquitecto da cor-

te, daqueles «que nunca fizeram outro senão para frades». E assim nasce um estilo específico de arquitectura, ao qual deram forma os irmãos Castilho, vindos da Biscaia.

Na saída Sul, fora reconstruída a ponte sobre o Mondego, ao passo que, em direcção ao Norte, se abre, então, a saída de Montarroio. As intensas relações com a envolvente rural e com todos os grandes centros do país são asseguradas por uma vasta rede de caminheiros e de almocreves, indispensáveis para o seu abastecimento. A presença de tantos estudantes e o constante vai-vem de forasteiros faz da alimentação uma questão essencial. Eram inúmeros os locais onde se podia comer e pernoitar, as “vendas”. Contudo, Coimbra orgulhava-se de ter cinco estalagens reais, «das melhores deste Reino», lê-se em documento da época. A Universidade possuía mesmo almocreves “obrigados”, a quem cabia a responsabilidade da entrega dos víveres. O consumo de pastéis de peixe e de carne era exorbitante, suplantando o de qualquer outro centro populacional. É que os estudantes corriam das bibliotecas para os pasteleiros. Montes de Coimbra e campos do Mondego alimentam a urbanidade. E o imaginário fixa-os como paisagem idealizada.

Projecto pedagógico, projecto urbano, projecto económico e social, a Coimbra de meados do século encerra em si as múltiplas contradições resultantes do rápido crescimento de uma cidade e de um país à conquista do Mundo. A relação entre as escolas e a cidade nem sempre é amistosa. A Câmara tenta controlar os privilégios de docentes e estudantes universitários, tão latos que se alargam também a todos os seus serviços. A actividade dos pasteleiros é sujeita a constantes vistorias, na tentativa de moderar a quantidade da sua produção, que é dizer, de dominar as fraquezas da juventude. Muitas “vendas” são encerradas, por serem consideradas antros de vida dissoluta.

O ano de 1547, muito próximo da data da primeira representação da *Castro*, bem poderá simbolizar todas as tensões que atravessam o país. Nesse ano, é inaugurado o Colégio das Artes, é feita a constituição orgânica do Tribunal do Santo Ofício, e é publicado o primeiro rol de livros proibidos. Os mestres do Colégio das Artes foram a vanguarda do Humanismo renascentista português. António Ferreira nasceu em Lisboa, mas abandonou a capital, talvez em 1543, para fazer os seus estudos em Coimbra, onde se doutorou em 1556, na Faculdade de Cânones. Não chegou a frequentar o Colégio das Artes. Apesar disso, manteve relações de amizade intelectual com dois dos seus ilustres professores, Diogo de Teive e o escocês George Buchanan. Ambos davam grande importância, no seu programa pedagógico, ao texto dramático e à representação. Diogo de Teive foi autor de três tragédias, *David*, *Judith* e *Ioannes Princeps*. Por sua vez, Buchanan, além de ter traduzido para latim as tragédias *Medeia* e *Alceste* de Eurípides, compôs outras duas, *Jephtes* e *Baptistes*, inspiradas em temas bíblicos. Talvez António Ferreira não tivesse sido o único jovem estudante que contaminou com o seu entusiasmo pelo teatro clássico. Já em Paris, no colégio Boncourt, tinha sido mestre de Jodelle, autor de *Cléopâtre captive*.

No Colégio das Artes, estudava-se a arte dramática da Antiguidade Clássica e as vias de renovação rasgadas pelos teorizadores italianos. Nos bancos da Universidade, ouviam-se lições de latim, de grego e de hebraico, regidas, ao mais alto nível, por Vicente Fabrício e Juan Fernández. Outros eram os olhos com que, ali a dois passos, Pedro Nunes lia os livros dos Antigos. Nem tão pouco os ensinamentos dos santos pacificavam o lente de matemática da Faculdade de Medicina. Os navegadores portugueses, escreve no *Tratado em defesa da carta de marear*, «Tiraram-nos muitas ignorâncias, e

mostraram-nos ser a terra mor que o mar e haver aí antípodas, que até os santos duvidaram», «e perderam-lhe tanto o medo, que nem a grande quentura da torrada zona, nem o descompasso frio da extrema parte do sul com que os antigos escritores nos ameaçavam lhes pode estorvar».

São todas estas polaridades, são todos os ingredientes do jogo de tensões que propulsiona o universo português do Renascimento, que António Ferreira vai coaglomerar. Sob esse ponto de vista, a *Castro* bem poderá ser considerada uma obra transcultural. História cara a almocreves, pasteleiros e estalajadeiros, traduzida nas boas regras de Aristóteles. História de paixões arrebatadoras, de ferros e de sangue, que explora as profundezas da alma humana, à maneira de Séneca. História de temor perante a Lei divina e perante a Lei ditada pelo poder dos homens, de crua intransigência política e moral, e também de doce abandono aos prazeres do corpo e da alma.

Os gostos do público tinham mudado rapidamente, e Ferreira intuiu-o. A sua tragédia não era a primeira que se representava em língua portuguesa. Pouco se sabe de uma *Cleópatra*, escrita por Sá de Miranda. Mas, em data não muito distante de 1536, tinha sido representada, no Porto, a *Vingança de Agamémnon* de Henrique Aires Vitória, uma versão portuguesa, em verso de redondilha, da *Electra* de Sófocles. A *Castro* vai muito mais além. Acompanhando o movimento de recuperação da tragédia que, de Itália, se estendia a toda a Europa, António Ferreira usa a língua portuguesa e escolhe um tema pátrio, em vez de recorrer ao grande repertório da história antiga.

A ressonância do drama é tanto maior, por ser retomado um episódio da tradição coimbrã, registado nos anais da história nacional e tratado pela literatura da Idade Média, para o projectar na sua inquietude trágica. Os meados do século XVI marcam um momento muito intenso de repensamento e reavaliação do Império. Logo depois de a feitoria da Flandres ter sido encerrada, foram abandonadas as praças de Alcaer-Seguer e de Arzila. Serve de contraponto a esses desaires a edição do *Primeiro livro da história e descobrimento da Índia*, de Castanheda, e da primeira década da *Ásia*, de João de Barros, obras que consagram a expansão portuguesa. Ora, para um país ávido de futuro, mas carregado de presente, a representação da sua memória colectiva através de uma tragédia onde a razão de Estado contrasta os enlevos de amor, poderá oferecer-se como frondosa arvoreada do porvir. Mas aí, começa um mito verdadeiramente transcultural.

Brandão, Mário, *O Colégio das Artes*. Universidade de Coimbra, 1924, 33, 2 vol.

Góis, Damião de, *Elogio da cidade de Lisboa*. Lisboa, Guimarães, 2002.

Mattoso, José (direcção), *História de Portugal*. S. I., Círculo de Leitores, 1993, vol. 3.

Nunes, Pedro, *Obras*. 1. Lisboa, Imprensa Nacional, 1940.

Oliveira, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Universidade de Coimbra, 1972, 2 vol.

Roig, Adrien, *Inesiana, ou bibliografia geral sobre Inês de Castro*. Universidade de Coimbra, 1986.